

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 8 n. 2 agosto 1980

*A desordem
documental no Brasil
Burocracia
e desenvolvimento*

0373 Clas. PER
& Administração
2
ago. 1980

,00

100-2244

História oral: origem e expansão de um movimento que se firma no Brasil*

Vera R. Ferreira**

O uso de testemunhos orais não é uma prática recente. Para alguns autores, o que se conceitua hoje como história oral tem suas raízes nas tradições orais — aquele conjunto de costumes e crenças que um grupo conhece de seu passado por intermédio de relatos repetidos oralmente de uma geração à seguinte. Assim considerada, a história oral seria mesmo anterior aos tempos históricos.

A idéia de colher e registrar narrativas, pode-se asseverar, é tão antiga em essência quanto a própria História. Sabe-se, por exemplo, que Tucídides e Heródoto valeram-se do relato de testemunhas oculares para realçar seus escritos. Mas, se, para reunir informações sobre as guerras persas no séc. V aC, Heródoto utilizou a história oral, como muitos de seus sucessores ele não conservou o registro textual do que lhe revelaram seus informantes, e, se o fez, essa preciosa documentação se perdeu.¹

Vale lembrar também que os ensinamentos de Cristo, nos primeiros tempos de nossa era, foram transmitidos oralmente por seus seguidores até que os evangelistas, com a finalidade de evitar a deturpação do sentido, se dispuseram a registrar, por escrito, quase sessenta anos após a ocorrência dos fatos, as passagens que julgaram mais importantes.

O conceito de história oral como técnica de coleta de informações por

meio de entrevistas é mais recente e proveio do jornalismo. Por volta de 1850, surgiram em jornais americanos as primeiras entrevistas com ex-escravos e com personalidades de destaque em eventos internacionais.² Podem esses depoimentos ser classificados como história oral?

História oral, entrevista planejada?

Parece certo que não há ainda um consenso firmado quanto à questão conceitual. Alguns autores consideram história oral uma entrevista planejada na qual um indivíduo solicita a outro que narre suas lembranças e opiniões sobre pessoas, lugares e fatos. Outros incluem na área da história oral discursos, comunicações em congressos, conversas telefônicas ou qualquer forma de comunicação humana que possa ser registrada, transcrita e afinal preservada, a fim de que se constitua em fonte primária para futuros pesquisadores. Adepto de tal corrente é o Professor J. W. Wilkie, da Universidade da Califórnia, para quem quaisquer gravações, realizadas ou não sob o controle do historiador — sejam depoimentos ditados, mesas-redondas e mesmo gravações clandestinas, como as do Caso

¹ Starr, Louis. Oral history. In: Allen Kent et alii, eds. *Encyclopedia of Library and Information Science*. New York, Dekker, 1977. v. 20, p. 440; Silvester, John D. & Stipanovich, Joseph. Introduction. In: Silvester, J.D. & Thompson, Gregory C. eds. *Ethnic in oral history*. Salt Lake City, University of Utah, 1978. p. 1.

² Silvester & Stipanovich. Introduction. op. cit. p. 1.

* Trabalho apresentado na Cadeira de Métodos e Técnicas de História Oral do Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília.

** Aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília.

Watergate — podem integrar um acervo de história oral.³

A Dra. Mary Karasch, que ministrou o curso *Métodos e Técnicas de História Oral* no Departamento de Geografia e História da Universidade de Brasília como Professora-visitante da Comissão Fulbright, em 1978, apóia aquela colocação. Na mesma linha de pensamento, o Professor William Moss, atual Presidente da Oral History Association, assinala ser mais fácil falar sobre história oral do que estabelecer seus limites. Considerando que o assunto a ser tratado com as técnicas de história oral pode variar de modo amplo, de acordo com os objetivos de seus praticantes, pensa o autor citado que qualquer entrevista, seja feita por historiador, sociólogo, jornalista ou outra pessoa, pode tornar-se história oral. Ela é basicamente uma técnica de coleta de informação que envolve coleção, arranjo, preservação e publicação sistemáticos de relatos verbais gravados de quem haja participado de eventos que poderão ser de interesse para a pesquisa, no futuro.⁴ Analisando tipos de material-fonte utilizado por pesquisadores, o Professor Moss inclui, no nível que denomina *selective records*, todos os registros destinados a preservar e comunicar o que aconteceu em um determinado tempo, sejam esses registros sonoros, visuais ou fotográficos, notas taquigráficas de conversas ou programas radiofônicos gravados, considerando-os altamente valiosos como evidência histórica, em posição paralela à documentação formal e aos relatos de primeira mão.⁵

Os trinta anos de utilização sistemática das técnicas de história oral foram comemorados festivamente nos Estados Unidos há dois anos. Em 1948, o Professor Allan Nevins, considerado o pai da história oral, iniciou, na Universidade de Colúmbia, um projeto considerado hoje o maior desse gênero de documentação em território norte-americano.

³ Malatian Roy, Teresa M. História oral. *Estudos Históricos*, Brasília, 15: 124, 1976.

⁴ Moss, William W. *Oral history program manual*. New York, Praeger, 1976. p. 6-8.

⁵ Moss, William W. Oral history: an appreciation. *The American Archivist*, 40(4): 430-1, 1977.

Utilização das técnicas de história oral.

Sem dúvida, as facilidades de acesso a equipamentos de gravação nas últimas décadas contribuiu de modo decisivo para expandir a utilização das técnicas de história oral com as mais diversificadas finalidades. Gravadores portáteis são hoje instrumentos comuns de trabalho da maioria dos jornalistas e de muitos professores. Gravar conversas com parentes, depois do sucesso de *Roots*, tornou-se, nos Estados Unidos, tão comum que as vendas de aparelhos tipo cassete cresceram de forma considerável, e os estudos de genealogia constituem-se hoje num dos maiores *hobbies* dos americanos.⁶

Entretanto, vários outros países, entre os quais a Inglaterra, a França e o México, registram programas importantes nessa nova área. Dos episódios marcantes na história contemporânea é certo que a Revolução Mexicana é dos que mais têm merecido estudos com base em depoimentos orais. A técnica de gravar entrevistas como meio de investigação foi usada no México por Oscar Lewis, antropólogo formado pela Universidade de Colúmbia. *Pedro Martínez*, livro escrito no período 1943-63, é a história da vida de uma família de camponeses durante a Revolução de 1910. Com base em depoimentos gravados são também de sua autoria os trabalhos *Antropología de la pobreza; cinco familias* (1961), *Los hijos de Sánchez* (1964), e *La vida: a Puerto Rican Family in the culture of poverty* (1966).

Ainda no México, no período 1964-65, os Professores James e Edna Wilkie, da Universidade da Califórnia, realizaram uma série de entrevistas de história oral com sete líderes que parti-

ciparam de movimentos políticos naquele país.⁷

Sobre os autores citados convém neste ponto distinguir que, enquanto as interpretações da Revolução Mexicana empreendidas por Oscar Lewis em *Pedro Martínez* se firmaram em relatos colhidos entre camponeses, as análises dos Professores Wilkie apoiaram-se em entrevistas com membros da elite. O fato evidencia a utilidade das técnicas de história oral para o conhecimento dos modos de pensar, sentir e agir tanto dos integrantes do grupo que detém o poder, quanto do homem comum.⁸

Dado o caráter interdisciplinar das técnicas de história oral, o interesse que despertam tende a expandir-se, de vez que, além de inquestionavelmente úteis à pesquisa histórica, se mostram também valiosas para o embasamento de trabalhos nas áreas de antropologia, lingüística, sociologia, e muitas outras. Considerável número de alunos de pós-graduação está empregando informações provenientes de fontes orais em suas teses.⁹ É justamente em torno da utilização dos dados oriundos de entrevistas que as controvérsias entre os pes-

⁷ As transcrições dos diálogos estão reunidas na obra *México visto en el siglo XX*, editada em 1969. Os entrevistados foram os políticos Ramon Beteta e Marte R. Gómez, o fundador do Partido Acción Nacional (PAN) Manuel Gómez Morín, o teórico e militante marxista Vicente Lombardo Toledano, o católico militante Miguel Palomary Viscarra, o ex-Presidente do México Emílio Portes de Gil e, finalmente, o economista e historiador Jesus Silva Herzog.

⁸ Em *Eliteloire*, o Professor Wilkie enfatiza particularmente a utilidade da entrevista de história oral para a compreensão do papel do líder em nossa época. Analisando o comportamento da elite dirigente na América Latina, o autor assinala a existência de uma lacuna no conhecimento da história contemporânea pelo fato de não ser comum entre os líderes o relato escrito de suas memórias. O mesmo aspecto é estudado no manual de Lewis A. Dexter, *Elite and specialized interviewing*.

⁹ Na Universidade Federal de Santa Catarina havia, em 1978, oito alunos do Curso de Pós-Graduação em História utilizando técnicas de história oral como forma de coleta de dados para as respectivas dissertações de mestrado. Na Universidade de Brasília, alunos dos cursos de pós-graduação em História, Antropologia e Biblioteconomia se vêm valendo de entrevistas gravadas como fonte primária de informação para suas teses.

quisadores são mais intensas. Alguns autores sustentam que o material produzido no âmbito da história oral é e pode ser apenas suplementar, devendo, obrigatoriamente, fazer-se acompanhar de toda a documentação escrita pertinente.¹⁰ Embora para outros a transcrição de um depoimento oral constitua uma fonte primária em si, com toda a carga de valor decorrente dessa condição, parece que, também no caso, o radicalismo não é a melhor opção: os dados colhidos serão considerados primários ou suplementares dependendo da pessoa ouvida e do propósito da entrevista. Se o que se deseja é preencher lacunas em um assunto do qual existe documentação escrita, provavelmente a entrevista é realizada com o fito de se obter algo mais no terreno do *como* e do *por quê*, e ela será complementar para a pesquisa. Por outro lado, o entrevistador pode levantar informações de primeira mão junto a seus depoentes, e isso ocorre especialmente nos estudos de cunho antropológico com grupos não-letrados.¹¹

Grande parte do problema sobre o uso da documentação oral parece ligar-se à questão da veracidade das informações prestadas pelo entrevistado. Como as lembranças apóiam-se no que a memória foi capaz de armazenar, e sendo a memória falha por natureza, é evidente que os dados garimpados em depoimentos orais precisam ser tomados pelo pesquisador com a devida precaução. Mas os cuidados exigidos no teste da evidência em um depoimento de história oral não diferem muito dos que se recomendam para a avaliação da veracidade do conteúdo de cartas, diários e outras fontes primárias.¹² O pesquisador que se preocupa com a consistência interna dos dados cons-

tantes de qualquer espécie de documento sabe que é sua responsabilidade comprová-los, contrastando-os com outras fontes — se possível, no caso do uso de entrevistas, com depoimentos de outras pessoas sobre o assunto ou a particularidade que demanda um maior esclarecimento. O exame de diferentes versões possibilita reconstituir-se o passado de uma forma capaz de resistir aos testes de evidência histórica.¹³

Facilidades de acesso e divulgação de acervos.

Mesmo considerando a carga de individualidade dos depoimentos pessoais e o fato de que são muitas vezes falhos ou incompletos, não se pode negar a riqueza de emoção, de detalhes e de colorido das narrativas orais. Assim, seja devido à facilidade de dispor-se de aparelhos de gravação, seja em face do grande êxito dos trabalhos publicados com base em entrevistas, o que é certo é que a popularidade da história oral pode ser atestada pela edição de um número crescente de livros e artigos sobre o assunto.¹⁴

Após a criação da Oral History Association, em 1967, o movimento editorial recebeu grande impulso. Os anais das reuniões que a entidade realiza anualmente constituem a base da literatura sobre história oral, somando-se a eles outras publicações patrocinadas pela OHA, como os periódicos *Oral History Newsletter*, trimestral, o anuário *The Oral History Review*, além do diretório compilado por Shumway e da bibliografia de Wasserman.¹⁵ Ultimamente observa-se o surgimento de guias voltados especificamente para o processamento técnico dos materiais,

aspecto que anteriormente mereceu pouca atenção dos autores.¹⁶

Sem dúvida a decisão da Library of Congress de incluir coleções de história oral no *National Union Catalog: Manuscript Collections*, a partir de 1970, constitui-se num passo importante para a divulgação dos acervos dos projetos de história oral em andamento. O programa da Library of Congress considera história oral um registro de informação feito em fita magnética como resultado de uma entrevista planejada. As informações a serem divulgadas no NUCMC devem ter seu registro feito em formulário próprio, distribuído pela Descriptive Cataloging Division, Manuscripts Section, Library of Congress, Washington DC 20540.

Uma promoção igualmente significativa no sentido de facilitar o acesso às informações contidas em transcrições abertas foi o estabelecimento do New York Times Oral History Program, em 1972. Hoje, grande parte da coleção de história oral da Columbia University, bem como memórias do acervo da California State University, da Hebrew University, Sangamon State University, Stanford University e outras, além das publicações editadas pela Oral History Association, encontram-se disponíveis para venda em microfílm de 35mm e em microfichas.¹⁷

Não obstante seja no Brasil um campo ainda emergente, já se registram no País várias iniciativas em franco desenvolvimento, podendo-se afirmar que o uso das técnicas de história oral expandiu-se desde a realização, em 1975, do primeiro curso sobre o tema, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Projetos diversos vêm sendo conduzidos por diferentes instituições como agências de pesquisa, museus históricos e departamentos de História em várias universidades. Todavia, a pouca divulgação dos

¹⁰ Swain, Donald C. Problems for practitioners of oral history. *The American Archivist*, 28(1):69, Jan. 1965; Hoopes, Roy. *História oral*. p. 124.

¹¹ Silvester & Stipanovich. Introduction: op. cit. p. 3-4, 7-8.

¹² O assunto foi tema de debate no Seminário sobre a Utilização de Fontes Oraís e Escritas no Estudo da Escravatura, realizado em Florianópolis, SC, nos dias 30 e 31 de outubro de 1978. Na ocasião, a Professora Mary Karasch enfatizou que o problema da comprovação dos dados existe tanto no que se refere a testemunhos gravados quanto à documentação escrita, cabendo sempre ao historiador a responsabilidade de analisar as informações de que dispõe.

¹³ Starr. *Oral history*. op. cit. p. 440-1; Starr. *Oral history: problems and prospects*. In: *Advances in Librarianship*. New York, Seminar Press, 1971. v. 2, p. 291-2; Cullom Davis et alii. *Oral history: from tape to type*. Chicago, ALA, 1977. p. 5-6.

¹⁴ A obra de Manfred J. Wasserman, *Bibliography on oral history*, publicada pela Oral History Association em 1971, listava mais de duas centenas de referências. A quarta edição, de 1975, arrola 306 itens entre livros e artigos.

¹⁵ Starr. *Oral history*. op. cit. p. 449-50.

¹⁶ É o caso de trabalhos como *Oral history: from tape to type*, de Cullom Davis et alii publicado pela ALA em 1977, e o manual, de autoria de David Lance, *An archive approach to oral history*, de 1978.

¹⁷ O folheto de 20 páginas intitulado *The New York Times Oral History in Microfilm* lista todos os materiais disponíveis para venda. Pode ser solicitado gratuitamente ao Oral History Research Office, Box 20, Butler Library, Columbia University, New York 10027.

trabalhos em curso está dificultando a indispensável troca de experiências entre as entidades.

Possivelmente muitos outros centros de estudos, além dos enumerados a seguir, estão realizando trabalhos relevantes na área. O propósito da menção é justamente estimular as instituições não citadas a divulgarem os acervos que vêm reunindo, passo inicial para o intercâmbio e a utilização dos materiais. Nesse sentido, desenvolvem-se algumas considerações sobre os programas de que se teve conhecimento. A ordenação não segue qualquer cronologia nem está baseada no volume de gravações já reunido, desde que várias das informações obtidas demandam verificação.

Centro de Memória Social Brasileira — as investigações conduzidas pelo historiador Hélio Silva desde 1953 possibilitaram a formação de um considerável acervo de documentos de interesse para o conhecimento da história contemporânea do Brasil. A intenção desse pesquisador de colocar ao alcance dos estudiosos tal documentação, e sua preocupação com a preservação física dos materiais, levou à formação do Centro de Memória Social Brasileira (CMSB).

Instituído em março de 1973, o Centro funciona na sede da Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. É um órgão da Sociedade Brasileira de Instrução para fins de documentação, pesquisa e ensino na área de história política, econômica e social do Brasil. A primeira frente de trabalho voltou-se para a localização, organização e preservação de arquivos particulares. O Centro recebe doações ou empréstimos de documentos privados com a finalidade de organizá-los de acordo com critérios de avaliação e periodização históricas e com as normas técnicas de tratamento da documentação. Essa fase é completada com a preservação dos documentos através da microfilmagem. Entre os arquivos já processados e abertos à consulta estão os documentos de Eurico Gaspar Dutra, Setembrino de Carvalho, Olímpio Mourão Filho, Ladário Pereira Teles, Antonio Carlos da Silva Muricy e José Joffily. Outra coleção de que dispõe o CMSB se constitui de documentos iconográficos. Ela reúne cerca de três mil peças tais como fotografias, caricaturas, charges e posters relativos à História

do Brasil, e também se encontra aberta à consulta.

A história oral é concebida no CMSB como uma técnica auxiliar de levantamento sistemático de informações relevantes para a pesquisa histórica. Entre outras, podem ser consultadas no CMSB as entrevistas realizadas com Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros, Tancredo Neves, Ernani do Amaral Peixoto, Amaury Kruei, Pery Constant Bevilacqua e João Pinheiro Neto.¹⁸ Recentemente foi lançado na série Cadernos Cândido Mendes um número sob o título *A crise político-militar de 1964*, que reúne oito depoimentos gravados sobre esse evento.

Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) — funciona na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, e dispõe de um Setor de História Oral cujos trabalhos tiveram início em 1975. Até meados de 1978 havia reunido um número aproximado de 700 horas gravadas para um acervo, ainda fechado a consultas, de mais de 100 entrevistas. Entre os depoentes figuram o Marechal Cordeiro de Farias, José Américo de Almeida, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e 17 signatários do *Manifesto dos Mineiros*.¹⁹

Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) — em decorrência de convênio firmado entre o Ministério da Indústria e do Comércio e o Governo do Distrito Federal, instalou-se em Brasília, em 1975, uma equipe técnica para estudar a viabilidade da implantação do Centro Nacional de Referência Cultural, organismo que tem por finalidade a construção de um sistema referencial básico para a análise da dinâmica da cultura brasileira. No ano seguinte, foi assinado novo convênio, tendo em vista a estruturação definitiva e a institucionalização do CNRC, com a participação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, dos Ministérios da Educação e Cultura, da Indústria e do Comércio, do Interior, das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília e da Fundação Cultural do Distrito Federal.

¹⁸ *Boletim da Faculdade Cândido Mendes*, n. 2, 1977.

¹⁹ Um abrigo para a História. *Veja*, 13, abril 1977, p. 4.

Funcionando em dependências da Universidade de Brasília, o CNRC tem desenvolvido vários projetos. Em 1977, publicou a monografia *Amaro de Tracunhaém*, que documenta — através de 150 fotografias, 200 diapositivos e 3 horas e 40 minutos de depoimentos gravados — o trabalho de cerâmica utilitária e figurativa do artesão Amaro, de Tracunhaém, Pernambuco, e sua mulher, Dona Berenice.²⁰

Universidade Federal de Santa Catarina — na UFSC os estudos sobre história oral tiveram início em 1974 com a inclusão da disciplina Técnica de História Oral, ministrada pelo Professor George P. Browne, no Curso de Pós-Graduação em História. No ano seguinte, coube ao Professor Vamireh Chacon, da Universidade de Brasília, a condução do curso. No mesmo ano, foi implantado o Laboratório de História Oral, cujo acervo é constituído de trabalhos realizados por alunos de pós-graduação em História com a colaboração de estudantes das Faculdades de Filosofia de Tubarão e Joinville. Em 1977, foi publicado o primeiro catálogo, que reúne 100 entrevistas sobre assuntos diversos, destacando-se as relativas à colonização estrangeira em Santa Catarina e à política regional de alguns municípios catarinenses.²¹

Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina, Paraná — o programa, que teve início em 1972, dispõe de um acervo de 61 fitas gravadas num total aproximado de 230 horas.²²

Banco Central do Brasil — a possibilidade de implantação de um programa de história oral encontra-se em estudo. Para tanto, o Chefe do Arquivo, Prof. José Pedro Pinto Esposel, submeteu à Diretoria do Banco Central um projeto em cuja justificativa é lembrada a necessidade de se registrarem os eventos relacionados com a história da instituição.

²⁰ CNEC. *Relatório Técnico* n. 12. Brasília, 1976, p. 1-2; *Relatório Técnico* n. 21. Brasília, 1977, p. 1,8,23-4; Amaro de Tracunhaém. Brasília, 1957, 40 p.

²¹ Corrêa, Carlos Humberto P. *História oral: teoria e técnica*. Florianópolis, UFSC, 1978, p. 20.

²² Informações recebidas do Prof. José Cesar dos Reis, Chefe do Arquivo Histórico, em 22 de março de 1979.

A Universidade de Brasília, não obstante ter sido palco a partir de 1977 de vários cursos sobre o uso das técnicas de história oral, não desenvolveu qualquer programa regular até o momento.

Verifica-se, pois, que no florescente campo da história oral no Brasil já se assinalam trabalhos de algum relevo. O

movimento liderado por Allan Nevins ganha, dessa forma, uma dimensão cada vez maior. Seu sonho inicial de perpetuar, pelo registro da palavra, o pensamento e os feitos daqueles narradores pioneiros é hoje compartilhado por incontável número de praticantes das técnicas de história oral, tema já in-

cluído no programa do próximo encontro que o International Congress of the Historical Sciences realizará em Bucareste, em 1980.²³

²³ Starr, Louis. *Oral history — the first thirty years*. New York, Columbia University, 1978. p. 8. O falecimento do Professor Louis Starr foi noticiado em março de 1980.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Por uma sistemática arquivística: marginália à obra de Vicenta Cortés

Heloísa Liberalli Bellotto*

Resumo

Na reunião de seus trabalhos, publicados de forma esparsa na Espanha e América, no campo da arquivística, Vicenta Cortés Alonso, Inspectora-Geral dos Arquivos de Espanha e professora da Universidade de Madrid e da Escola de Documentalistas, concretiza um verdadeiro tratado no qual figuram conceitos, tipologia, organização, atividades e descrição de arquivos, assim como o problema da formação profissional e o da pesquisa histórica em arquivos.

A Arquivologia — englobando a arquivística propriamente dita, os aspectos históricos, legais, burocráticos, profissionais, arquitetônicos e técnicos dos arquivos — é hoje ramo das ciências administrativas e sociais dos mais florescentes e promissores. A vitalidade crescente dos congressos, sejam os de âmbito regional ou os internacionais; o crescimento de publicações, monográficas ou seriadas; a atenção que tem merecido de governos e autoridades antes indiferentes, ou mesmo ignorantes da sua existência; a atração como profissão de livre escolha entre os jovens e o reconhecimento legal de seus profissionais são provas contundentes de seu prestígio e força.

Mesmo nos países de forte tradição arquivística (e, portanto, onde houve

sempre o reconhecimento da importância do papel administrativo e cultural dos arquivos) partiu dos anos 50, 60 e 70 o caminhar para formas associativas profissionais e para a sistematização, esta em formulações possíveis, dentro do universo especial que é cada arquivo, de *per se*, obviamente.

Por esta situação são responsáveis inúmeros fatores que não cabe aqui enumerar (mas, onde é possível destacar, dada a sua relevância, a própria necessidade de racionalização, surgida do caos da vertiginosa produção documental). Porém, não obstante todo o poder que aqueles fatores pudessem exercer sobre as administrações públicas e sobre a comunidade científica e cultural, o quadro seria bem outro se não tivéssemos contado, no momento certo, com algo que vem, uma vez mais, confirmar o aforisma: *the exact man in the exact place*.

A Arquivologia não teria ampliado desta forma seu campo de domínio, nem de possibilidades de ação e atuação, não fossem alguns idealistas, com que pôde contar nos momentos mais precisos. Alguns "empunhadores de bandeiras", sem os quais a palavra da sistematização e da valorização profissionais teria percorrido caminho muito mais árduo e lento para se fazer ouvir. Longe estaria ainda de todos aqueles que trabalham e pesquisam em arquivos; ou, o que é mais grave, longe das autoridades às quais estão subordinados.

Estas considerações nos ocorrem a propósito do mais recente lançamento bibliográfico arquivístico espanhol:

Archives de Espana y America; materiais para um manual (Madrid, Editorial de la Universidad Complutense, 1979. 382p.), de autoria de Vicenta Cortés Alonso.

É à margem da leitura dessa coletânea de alguns dos trabalhos da Inspectora-Geral dos Arquivos de Espanha, publicados na Europa e na América, ao longo de sua fecunda carreira, que poderemos sublinhar as possibilidades de uma metodização arquivística. Não normalização, desde logo não condizente com a própria natureza dos arquivos, mas as probabilidades comuns no domínio das funções, da planificação, da descrição e das atividades arquivísticas.

O pensar arquivos correntes, intermediários e permanentes como instituições a serviço da administração, da cultura, do direito, da pesquisa histórica e, como tal, verdadeiramente equipadas e instruídas, tem sido constante em todas as gestões, pronunciamentos, atuação em congressos e reuniões técnicas, publicações, cursos e conferências da Dra. Cortés. Com lógica e bom senso (este, arma indispensável diante da eterna exiguidade de verbas e recursos), sem demagogia e grandiloquência (que seria fácil armar), ela tem transmitido a colegas, a co-partícipes em reuniões, a discípulos, a alunos, a ouvintes ocasionais e, até mesmo, a inflexíveis burocratas, um incrível entusiasmo e inabalável fé no seu *métier*.

Ora, é desta fé e daquela lógica que se reveste o livro, prenúncio de um necessário manual (exigência que é imposta, agora à autora).

*Bacharel em Biblioteconomia, licenciada e doutora em História. É pesquisadora no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, onde é responsável pelo Arquivo de Literatura e História. Fez cursos sobre organização de Arquivos na Espanha e na França, lecionando atualmente Arquivística na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

**Sugestão aos
arquivistas:
peguem parte
do seu dinheiro
todo mês
e arquivem
na letra P.**

Poupança, Caderneta de
Quem poupa conquista o que
a vida tem de melhor.

Fas
Arc
v. 8
ma